



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DAISY ULICE DIAS

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EPT: UMA ANÁLISE DOS
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA SOB UM OLHAR
AUTOBIOGRÁFICO.**

Polo Salgueiro-PE

2026



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DAISY ULICE DIAS

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EPT: UMA ANÁLISE DOS
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA SOB UM
OLHAR AUTOBIOGRÁFICO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador(a): Prof(a). Esp./ Msc./ Dr Fabrício Duim Rufato

Polo Salgueiro-PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D541 Dias, Daisy.

Transtorno do espectro autista na EPT: uma análise dos desafios para uma formação inclusiva e equitativa sob um olhar autobiográfico. / Daisy Dias. - Salgueiro, 2026.
32 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.
Orientação: Prof. Dr. Fabrício Duim Rufato.

1. Educação especial. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. Educação Especial. 4. Educação Inclusiva. 5. Formação Docente. I. Título.

CDD 371.9



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO - CAMPUS SALGUEIRO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DAISY ULICE DIAS

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EPT: UMA ANÁLISE DOS
DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA SOB UM
OLHAR AUTOBIOGRÁFICO**

Relatório de Formação apresentado ao curso Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IF Sertão PE, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 20/03/2026.

NOTA: 8,2

BANCA EXAMINADORA

Fabício Duim Rufato
Prof. (a) (Orientador(a))
Doutor em Educação
IF Sertão Pernambuco

Omar dos Santos Silva
Prof. Mestre em Administração
IF Sertão Pernambuco

Danielli Ovsiany Becker
Prof. Mestre em Ensino de Ciências e
Matemática
SEED PR

**SALGUEIRO-PE
2026**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, minha maior inspiração. Que o seu caminho e o de tantas outras crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista sejam pavimentados com a inclusão verdadeira, que celebra a individualidade e garante o direito de sonhar e de se desenvolver na Educação Profissional e Tecnológica.

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio incondicional e pela compreensão ao longo desta jornada. Aos meus pais, pela força e por me ensinarem, com a própria vida, o valor transformador do estudo. Aos meus filhos, por serem minha inspiração diária, e por me lembrarem da urgência e da beleza de uma educação realmente inclusiva.

Agradeço também ao meu orientador, Fabrício Duim Rufato, pela valiosa orientação, por seu olhar atento e pelas contribuições que enriqueceram significativamente este trabalho.

Por fim, meu reconhecimento a todos os professores e profissionais que, com suas práticas e conhecimentos, pavimentaram o meu caminho na EPT e me inspiraram a buscar uma educação mais justa e acessível.

"Eu acredito que a comunidade é a chave para a humanidade. É a nossa capacidade de viver e amar uns aos outros que define quem somos."

Martin Luther King Jr.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, configurado como um memorial de formação, analisa os desafios para uma educação inclusiva e equitativa de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo geral consiste em investigar, sob uma perspectiva autobiográfica, as interseções entre a trajetória pessoal da pesquisadora — enquanto mãe de uma criança autista e profissional da educação — e as teorias que sustentam a prática docente inclusiva. A metodologia adotada é a pesquisa narrativa (auto)biográfica, que utiliza a experiência de vida como fonte legítima de conhecimento e reflexão teórica. Os resultados indicam que a inclusão efetiva na EPT transcende o acesso formal à matrícula, exigindo a superação de barreiras atitudinais, o combate ao capacitismo e a reestruturação das práticas pedagógicas e curriculares. Conclui-se que a formação docente continuada, aliada ao uso estratégico de tecnologias assistivas e à compreensão da alteridade, é fundamental para garantir a permanência e o êxito de estudantes neurodivergentes. O estudo reforça a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a consolidação de uma educação profissional que promova a autonomia e a cidadania plena.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão Escolar; Pesquisa Autobiográfica; Formação Docente.

ABSTRACT

This Final Paper, configured as a formation memorial, analyzes the challenges for an inclusive and equitable education of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) within the context of Professional and Technological Education (PTE). The general objective consists of investigating, from an autobiographical perspective, the intersections between the researcher's personal trajectory — as a mother of an autistic child and an education professional — and the theories that support inclusive teaching practices. The methodology adopted is (auto)biographical narrative research, which utilizes life experience as a legitimate source of knowledge and theoretical reflection. The results indicate that effective inclusion in PTE transcends formal access to enrollment, requiring the overcoming of attitudinal barriers, the combat against ableism, and the restructuring of pedagogical and curricular practices. It is concluded that continuous teacher training, combined with the strategic use of assistive technologies and the understanding of alterity, is fundamental to ensuring the permanence and success of neurodivergent students. The study reinforces the importance of the inseparability of teaching, research, and extension for the consolidation of a professional education that promotes autonomy and full citizenship.

Keywords: Professional and Technological Education; Autism Spectrum Disorder; School Inclusion; Autobiographical Research; Teacher Training.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3. JUSTIFICATIVA	13
4. DESENVOLVIMENTO.....	15
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA NARRATIVA E (AUTO)BIOGRÁFICA.....	15
4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: O CAMINHO PARA A INCLUSÃO	15
4.3 NARRATIVAS DO PROCESSO FORMATIVO: O TECER DE UMA IDENTIDADE MULTIDISCIPLINAR	17
4.4 EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA EPT: O HIATO ENTRE A LEI E A PRÁTICA	18
4.5 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	19
4.6 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E AS BARREIRAS NO AMBIENTE ESCOLAR	19
4.7 O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO NA EPT	20
4.8 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A MEDIAÇÃO DIGITAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO TEA.....	21
4.9 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO	22
4.9.1 Práticas Educativas Inclusivas na EPT: Teorias e Didáticas.....	22
4.9.2 Práticas Educativas para a Permanência e Êxito.....	23
4.9.3 Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	24
4.9.4 Práticas Educativas Integradoras na EPT: Teorias e Didáticas	25
4.9.5 A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT	26
4.9.6 Práticas Educativas na EJA-EPT: Teorias e Didáticas	26
REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

Minha relação com a educação não nasceu nos bancos universitários, mas no cerne de um lar que, embora marcado pelo analfabetismo, sedimentou em mim o valor inabalável do esforço e da busca pelo conhecimento como ferramenta de libertação. Essa herança familiar foi o motor que me impulsionou a transitar por formações distintas, desde o Magistério até o Bacharelado em Ciência da Computação, sempre buscando na academia as respostas para o desejo de transformar realidades sociais. Contudo, minha trajetória formativa, que até então seguia um curso técnico e profissional, sofreu uma guinada ética e existencial profunda com o nascimento do meu filho e seu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Este evento biográfico não apenas mudou minha maternidade, mas ressignificou completamente o meu olhar sobre a docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No cenário atual, a equidade deixou de ser um conceito abstrato de manuais didáticos para se tornar uma luta diária por direitos e dignidade. A problemática desta pesquisa brota justamente dessa encruzilhada, unindo o anseio de ver meu filho e tantos outros jovens cursando a EPT com autonomia ao confronto com a realidade de que o simples ingresso não assegura uma experiência educacional inclusiva. Como bem pontuam Bezerra e Pantoni (2022), a matrícula é apenas o primeiro passo de um longo processo, pois a verdadeira inclusão exige que a instituição se reorganize, que a formação docente seja repensada e que a permanência tenha a qualidade como premissa inalienável.

Ao observar o panorama educacional brasileiro das últimas décadas, nota-se que o país avançou sob o amparo de marcos legais robustos, como a Convenção de 2006 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Esses documentos alteraram o cenário das salas de aula, promovendo uma expansão quantitativa de matrículas de estudantes neurodivergentes em classes comuns. Entretanto, em minhas vivências, sinto que essa abertura de portas muitas vezes mascara uma exclusão velada. Não raro, o suporte necessário, a exemplo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), torna-se escasso justamente no momento em que o aluno mais precisa de mediação para o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Essa fragilidade institucional revela o que Santos (2023) identifica como barreiras atitudinais, que são muitas vezes mais impeditivas do que as barreiras físicas ou arquitetônicas. É um processo reflexivo doloroso perceber que, por trás da falta de recursos, frequentemente residem o preconceito e uma visão capacitista que subestima o potencial do aluno com TEA. Quando o ambiente escolar falha em se adaptar às especificidades do estudante, ele acaba por reforçar a deficiência em vez de promover a potência do sujeito. Recordo-me aqui das lições de Freire (1996), que nos convoca a uma educação libertadora, onde o respeito à autonomia e à dignidade de cada educando é um imperativo ético.

Diante desse cenário complexo, esta pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação Profissional e Tecnológica, e de que forma as instituições têm lidado com essas demandas no processo de inclusão? Para responder a tal indagação, adoto a pesquisa narrativa como método, compreendendo que a história de vida é uma fonte legítima de produção de saber científico.

A justificativa deste estudo reside na urgência de preencher as lacunas de um campo ainda pouco explorado pela literatura científica nacional, especialmente no que tange à interseção entre o ensino técnico e a neurodiversidade. Mais do que um cumprimento de requisito acadêmico, este memorial representa um compromisso político e pessoal de subsidiar práticas pedagógicas que não apenas acolham, mas que transformem a EPT em um espaço de direito e de futuro para todos. O trabalho está estruturado em quatro seções principais: esta introdução, a definição dos objetivos, o desenvolvimento composto pelas narrativas formativas e reflexões sobre as disciplinas do curso, e, por fim, as considerações finais que sintetizam os aprendizados e propostas para a prática docente.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar, sob a ótica da pesquisa narrativa (auto)biográfica e dos referenciais teóricos da inclusão escolar, os desafios para a consolidação de uma formação inclusiva e equitativa de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), fundamentando-se na intersecção entre a vivência materna e a práxis docente.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sistematizar a trajetória formativa e profissional por meio da memória educativa, identificando, à luz dos conceitos de narrativa de si, os marcos que fundamentam a necessidade de um olhar inclusivo e sensível no ensino técnico;
- Problematizar as barreiras atitudinais e institucionais vivenciadas no cotidiano escolar, estabelecendo correlações com as discussões de Santos (2023) sobre o capacitismo e as perspectivas de Freire (1996) acerca da educação libertadora;
- Investigar o hiato entre os marcos legais de acesso e as práticas de permanência na EPT, utilizando os aportes teóricos de Bezerra e Pantoni (2022) e Lira et al. (2024) para propor caminhos pedagógicos que promovam a equidade;
- Refletir sobre a reconfiguração da identidade docente a partir do aporte teórico-prático do curso de especialização, avaliando como o diálogo com as disciplinas contribui para uma atuação profissional voltada à valorização da neurodiversidade e a *formação humana integral*.

3. JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade premente de discutir a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), um campo que, historicamente, tendeu à padronização e ao tecnicismo. Justifica-se esta investigação pelo fato de que o ingresso de alunos neurodivergentes na Rede Federal tem crescido exponencialmente, mas as práticas pedagógicas e as políticas de permanência nem sempre acompanham esse fluxo na mesma velocidade. Como mãe e professora, percebo que o silenciamento das dificuldades enfrentadas por esses estudantes

contribui para uma inclusão meramente formal, que não se traduz em aprendizagem efetiva ou autonomia profissional.

Do ponto de vista social, este trabalho justifica-se pelo compromisso da EPT com a formação humana integral. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a educação deve assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. No entanto, o hiato entre o que a lei preconiza e o que acontece nos laboratórios de ensino técnico revela que ainda existe um longo caminho para que o aluno com TEA seja visto em suas potências e não apenas em suas limitações. Discutir essa temática é, portanto, uma forma de combater o capacitismo institucionalizado que, muitas vezes, exclui o aluno autista de processos práticos sob o pretexto de "proteção" ou de falta de preparo da instituição.

Academicamente, a pesquisa narrativa aqui proposta justifica-se por preencher uma lacuna de vozes femininas e docentes que vivenciam a dupla jornada da maternidade atípica e da prática educativa. Ao teorizar sobre essas vivências, este memorial contribui para a literatura da EPT, oferecendo um olhar humanizado sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o papel do professor como mediador. A análise aqui empreendida espera servir de subsídio para que outros docentes possam repensar suas práticas e para que as instituições percebam que a inclusão do estudante com TEA não é um desafio isolado, mas uma oportunidade de qualificar o ensino para todos os alunos, independentemente de suas condições cognitivas.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA NARRATIVA E (AUTO)BIOGRÁFICA

O presente trabalho adota a pesquisa autobiográfica como metodologia central, uma abordagem que reconhece a experiência de vida do pesquisador como fonte legítima de conhecimento e reflexão teórica. Esta escolha metodológica não é meramente instrumental, pois ela responde à necessidade ética de conferir voz a quem vivencia as barreiras do sistema educacional no cotidiano. Conforme destacam Henriques, Guimarães e Rodrigues (2021), a autobiografia de pesquisa não se limita a contar uma história, mas a analisar as vivências pessoais e profissionais para atribuir valor à subjetividade e compreender, a partir das narrativas das histórias de vida e formação dos sujeitos, as referências ao mesmo tempo singulares e sociais que compõem seus processos de formação. Essa metodologia permite que o pesquisador se torne, simultaneamente, sujeito e objeto da investigação, promovendo uma análise profunda sobre como as políticas educacionais impactam as trajetórias humanas reais.

Ao adotar este caminho, transformo a trajetória de mãe e professora de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em um objeto de estudo científico rigoroso. Esta perspectiva permite problematizar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não apenas como um sistema de ensino, mas como um campo de lutas por direitos fundamentais. A narrativa autobiográfica permite que as dificuldades individuais sejam lidas como sintomas de uma estrutura educacional que, muitas vezes, ainda opera sob lógicas de exclusão herdadas de modelos fabris. Ao teorizar sobre minha própria prática e as vivências do meu filho, busco transformar a experiência vivida em conhecimento acadêmico, estabelecendo pontes entre o saber técnico da computação e a realidade das famílias atípicas que buscam no ensino profissional um caminho de emancipação e dignidade.

4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: O CAMINHO PARA A INCLUSÃO

Para compreender os desafios atuais da inclusão do estudante com TEA na

Educação Profissional e Tecnológica, é indispensável realizar um resgate histórico sobre como a deficiência foi tratada pelo Estado brasileiro ao longo das décadas. Historicamente, passamos por quatro fases distintas: a exclusão total, onde o sujeito não tinha direito à escola; a segregação, marcada pela criação de instituições asilares e escolas especiais isoladas; a integração, onde o aluno era aceito na escola comum desde que ele se adaptasse ao sistema; e, finalmente, a inclusão plena, onde o sistema educacional assume o dever de se transformar para acolher a todos. Esse percurso não foi linear, mas fruto de intensas lutas sociais de famílias e profissionais que recusaram a invisibilidade.

Um marco fundamental nessa trajetória foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". No entanto, foi apenas em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que o Brasil consolidou a diretriz de que a escola deve ser para todos, sem exceções. Para o autismo, o avanço mais significativo ocorreu com a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta lei é o "divisor de águas" que menciono em minha trajetória, pois ela retira o autismo do limbo diagnóstico e o coloca sob o amparo de todas as garantias legais destinadas às pessoas com deficiência.

No contexto da EPT, essa evolução histórica ganha contornos específicos. Os Institutos Federais, criados em 2008, nasceram sob a égide dessa nova perspectiva inclusiva. Diferente do modelo técnico tradicional da década de 70, focado apenas na mão de obra para a indústria, a EPT moderna fundamenta-se na Lei nº 11.892/2008, que prevê a formação humana integral. Isso significa que a inclusão do aluno com TEA na EPT não é apenas uma concessão, mas uma obrigação constitucional que visa garantir que o jovem neurodivergente não seja apenas "treinado", mas educado para a cidadania. Compreender esse histórico permite-me analisar minha própria prática não como um ato isolado de boa vontade, mas como parte de um movimento histórico de reparação e garantia de direitos humanos fundamentais.

4.3 NARRATIVAS DO PROCESSO FORMATIVO: O TECER DE UMA IDENTIDADE MULTIDISCIPLINAR

Minha trajetória educacional é marcada por um percurso diversificado que se iniciou com o desejo de superação e se aprofundou na busca por ferramentas transformadoras. A base docente construída no Magistério e solidificada nas graduações em Letras e Pedagogia forneceu o arcabouço didático necessário para compreender que o ato de ensinar é, antes de tudo, um compromisso social e político. No entanto, a inserção no curso Técnico em Turismo e, posteriormente, no Bacharelado em Ciência da Computação, revelou uma nova faceta da minha identidade profissional. Percebi que a técnica, quando desprovida de humanidade, torna-se fria, mas quando aliada à educação, torna-se uma poderosa ferramenta de inclusão. Cada diploma obtido não foi apenas um título, mas uma camada de compreensão sobre como o conhecimento é construído e distribuído em nossa sociedade, especialmente para aqueles que iniciam a jornada em contextos de vulnerabilidade.

A escolha pela Ciência da Computação revelou-se estratégica e providencial diante do diagnóstico de TEA do meu filho. Naquele momento, compreendi que a tecnologia não deveria ser apenas um fim comercial ou industrial, mas um meio de mediação cognitiva para sujeitos que processam o mundo de forma neurodiversa. Essa busca por conhecimento técnico foi impulsionada pela necessidade de encontrar respostas que a pedagogia tradicional, sozinha, não me oferecia. Como afirma Freire (1996), a curiosidade epistemológica exige que o educador esteja em constante reconstrução. Em meu caso, essa reconstrução foi forjada na conciliação exaustiva entre prazos acadêmicos, terapias ocupacionais e a luta constante por direitos básicos, resultando em uma identidade docente que funde o rigor da computação com a sensibilidade da educação especial.

Nesse processo de formação, a percepção da alteridade tornou-se o eixo central da minha prática. O contato com o autismo no âmbito doméstico me fez questionar a "padronização" exigida pelas instituições de ensino, que muitas vezes ignoram os diferentes tempos de aprendizagem. Minha trajetória me ensinou que a inclusão escolar é um processo que exige, antes de tudo, a transformação da

subjetividade do professor. Ao transitar entre as letras, a pedagogia e a computação, percebi que o diálogo entre essas áreas é o que permite a criação de estratégias pedagógicas realmente eficazes para o estudante com TEA. Minha formação é, portanto, um reflexo da complexidade do meu objeto de estudo: uma busca incessante por uma educação que não apenas ensine a técnica, mas que acolha o ser humano em sua totalidade.

4.4 EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA EPT: O HIATO ENTRE A LEI E A PRÁTICA

Minha relação com a EPT é fundamentada na convicção de que o ensino técnico é a porta de entrada para a cidadania produtiva e a autonomia do indivíduo. Como bacharel em Computação, vejo na EPT o cenário ideal para aplicar o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), garantindo que as ferramentas tecnológicas funcionem como tecnologias assistivas que equalizam oportunidades. Entretanto, minha vivência como mãe de um aluno elegível ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) revela que o sistema escolar ainda opera, muitas vezes, sob uma lógica de integração e não de inclusão plena. A integração apenas aloca o aluno no espaço físico, enquanto a inclusão exige a transformação do espaço, do currículo e das atitudes para receber o aluno em sua singularidade.

Percebo que a inclusão na EPT frequentemente esbarra em um currículo pragmático e com método inflexível e em uma visão capacitista que subestima o potencial do aluno com autismo. A motivação para este estudo é, portanto, atuar como um agente que questiona essas barreiras institucionais que insistem em focar na deficiência em vez de focar na potência. Defendo que a escola deve se transformar para receber o aluno, respeitando seu ritmo e suas particularidades, conforme preconiza Mantoan (2003). A experiência na especialização DocentEPT permitiu-me conectar essa angústia pessoal ao universo acadêmico, proporcionando os subsídios teóricos necessários para propor uma prática pedagógica que garanta um futuro digno para jovens neurodivergentes, combatendo a invisibilidade histórica a que foram submetidos no mercado de trabalho técnico.

A prática na EPT exige que o docente compreenda a dupla dimensão do ensino: a formação para o trabalho e a formação para a vida. No contexto do TEA, essa integração é ainda mais crítica, pois as habilidades sociais e a autonomia são

tão importantes quanto o domínio de uma linguagem de programação ou de um processo administrativo. Minha vivência mostra que, sem uma rede de apoio institucional sólida, o professor fica isolado e o aluno desamparado. Por isso, este trabalho busca enfatizar que a inclusão na EPT não é uma responsabilidade individual do docente, mas um compromisso coletivo da instituição, que deve prover recursos, formação continuada e uma cultura de respeito à neurodiversidade.

4.5 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Para compreender a inclusão do estudante com TEA, é imperativo analisar a identidade da EPT brasileira. Esta modalidade de ensino não se resume à preparação técnica para o mercado, mas fundamenta-se na formação humana integral. Segundo os documentos norteadores da Rede Federal, o objetivo é o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões: trabalho, ciência, cultura e tecnologia. No entanto, historicamente, o ensino técnico foi estruturado sob uma lógica de produtividade e padronização, o que muitas vezes colide com a subjetividade e os tempos de aprendizagem singulares dos estudantes neurodivergentes.

A integração entre o ensino médio e a formação profissional exige uma organização curricular que combata a fragmentação do saber. Para o aluno com autismo, essa integração é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade. É um desafio porque exige transições constantes entre teoria e prática laboratorial, mas é uma oportunidade porque permite que o "saber-fazer" técnico sirva de âncora para a compreensão de conceitos abstratos. Refletir sobre a EPT sob a ótica da inclusão é, portanto, questionar se as nossas escolas estão preparadas para oferecer currículos flexíveis que respeitem a diversidade de processamento cognitivo, sem abrir mão do rigor técnico necessário à profissão.

4.6 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E AS BARREIRAS NO AMBIENTE ESCOLAR

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por nuances na comunicação social, na interação e pela presença de comportamentos ou interesses

restritos e repetitivos. No ambiente da EPT, essas características manifestam-se de formas variadas. O estudante pode apresentar um desempenho excepcional em disciplinas lógicas, como a computação, devido ao seu hiperfoco, mas enfrentar dificuldades severas em trabalhos em grupo ou em ambientes com excesso de estímulos sensoriais, como oficinas mecânicas ou laboratórios barulhentos. A compreensão do TEA no ensino médio integrado exige que o docente vá além do diagnóstico e enxergue as potencialidades do indivíduo.

As barreiras enfrentadas por esses alunos não são apenas arquitetônicas, mas comunicacionais e atitudinais. Conforme aponta Santos (2023), o capacitismo estrutural tende a focar no que o aluno "não consegue fazer", ignorando as adaptações que poderiam tornar sua aprendizagem fluida. Na EPT, a barreira atitudinal muitas vezes se disfarça de "exigência do mercado de trabalho", justificando a falta de suporte com a desculpa de que "o mercado não terá paciência". Contrapondo essa visão, a legislação brasileira e autores como Mantoan (2003) reforçam que é dever da instituição prover o suporte necessário, garantindo que a deficiência não seja um impedimento para o exercício da profissão escolhida.

4.7 O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO NA EPT

O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) apresenta-se como um paradigma fundamental para a reestruturação das práticas na Educação Profissional e Tecnológica. Diferente das adaptações curriculares pontuais, que muitas vezes segregam o aluno com TEA ao oferecer-lhe uma tarefa "simplificada", o DUA propõe que o currículo seja acessível a todos desde a sua concepção original. Isso significa oferecer múltiplos meios de engajamento, representação e expressão do conhecimento. Na prática da EPT, onde o ensino técnico exige o domínio de ferramentas e processos complexos, o DUA permite que o professor apresente o conteúdo por meio de vídeos, simulações, textos e práticas laboratoriais simultâneas, atendendo tanto ao aluno neurotípico quanto ao estudante autista, que pode ter uma preferência marcante pelo processamento visual.

A aplicação do DUA no ensino médio integrado combate diretamente a ideia de que o aluno com deficiência é um "problema" a ser resolvido individualmente pelo

professor. O DUA permite que a flexibilidade metodológica seja a regra, oferecendo múltiplos meios de engajamento que se adaptam ao processamento cognitivo do autista. Para o estudante com autismo, o benefício é direto na redução da ansiedade e no aumento da autonomia, pois ele encontra no ambiente escolar diversas portas de entrada para o mesmo saber técnico. Refletir sobre essas estratégias é essencial para garantir que a inclusão não seja apenas um discurso burocrático, mas uma realidade metodológica que transforma a sala de aula em um espaço de diversidade cognitiva valorizada.

4.8 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A MEDIAÇÃO DIGITAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO TEA

No campo da Educação Profissional, a tecnologia deixa de ser apenas um conteúdo para se tornar uma ferramenta de mediação essencial. As Tecnologias Assistivas (TA) englobam desde recursos simples, como organizadores visuais de rotina, até softwares complexos de comunicação alternativa e teclados adaptados. Para o estudante com TEA, a mediação por meio do computador ou tablet muitas vezes funciona como um "filtro social" que organiza a informação e retira o ruído da interação face a face, que pode ser exaustiva. Como bacharel em Ciência da Computação, percebo que o desenvolvimento de interfaces amigáveis e a utilização de metodologias baseadas em tecnologias digitais são caminhos viáveis para potencializar o hiperfoco desses alunos, transformando um interesse restrito em uma competência profissional de alto nível.

A integração das TAs no currículo da EPT permite que o aluno com autismo participe de atividades práticas que, de outra forma, seriam inacessíveis devido a dificuldades motoras ou sensoriais. Softwares de simulação, por exemplo, permitem que o aluno treine processos industriais em um ambiente controlado antes de enfrentar o barulho e a imprevisibilidade de uma oficina real. Essa transição mediada pela tecnologia respeita o ritmo do estudante e garante a sua segurança emocional. Assim, a tecnologia assistiva na EPT não deve ser vista como uma "muleta", mas como um recurso de acessibilidade funcional que promove a equidade e prepara o jovem neurodivergente para enfrentar as exigências do mundo do trabalho de forma competitiva e independente.

4.9 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO

A Especialização em Docência na EPT marcou a transição da minha vivência para uma missão profissional fundamentada. Abaixo, apresento uma análise aprofundada das disciplinas, estruturadas em três parágrafos de discussão teórica e reflexiva.

4.9.1 Práticas Educativas Inclusivas na EPT: Teorias e Didáticas

A discussão sobre igualdade, equidade e alteridade foi o ponto de partida para compreender a educação inclusiva como um direito inalienável e não como um favor institucional. Alinhando-me aos conceitos de Nascimento e Pereira (2021), percebi que a verdadeira educação ética exige a transformação de estruturas internas para edificar uma relação de proximidade e responsabilidade com o outro. A disciplina explorou as bases legais e pedagógicas que sustentam a inclusão, destacando que a diversidade é uma riqueza do ambiente escolar e que a didática deve ser pensada para todos desde a sua concepção, evitando adaptações superficiais que apenas segregam o estudante dentro da sala de aula comum.

Minha vivência como mãe de um filho com TEA trouxe a dimensão prática e emocional dessa luta por equidade. Aprendi que a alteridade não é apenas tolerar a presença do diferente, mas reconhecê-lo como um interlocutor válido, pleno de direitos e capacidades cognitivas. No cotidiano, observei que a ausência de uma didática inclusiva gera barreiras invisíveis que impedem o aluno autista de demonstrar seu conhecimento. A disciplina deu nome às dificuldades que eu já presenciava: a falta de flexibilidade curricular e o peso do modelo médico que foca na patologia. Essa vivência pessoal transformou-se em fundamento para minha atuação, pois entendo que a dor da exclusão sentida na pele de um filho é o que me move a não permitir que o mesmo ocorra com meus alunos.

Conforme Bezerra e Pantoni (2022), a inclusão na EPT demanda a reestruturação da formação docente para receber todos, sem exceção, e não o contrário. Não basta adaptar uma atividade isolada; é preciso adaptar a mentalidade do educador e o projeto político-pedagógico da escola. Compreender que a diversidade é a norma permite-me questionar as metodologias tradicionais e buscar

caminhos que valorizem as diferentes experiências de vida. Minha proposta de atuação na EPT, consolidada nesta disciplina, foca na criação de materiais didáticos acessíveis e na promoção de um ambiente de acolhimento que desconstrua o estigma sobre o autismo, transformando a sala de aula em um laboratório de humanidade e justiça social.

4.9.2 Práticas Educativas para a Permanência e Êxito

Nesta unidade curricular, compreendi que a inclusão não se encerra no ato da matrícula, sendo a permanência com êxito o verdadeiro termômetro da eficácia de uma política educativa. Refleti sobre como a estrutura da EPT, historicamente voltada para a produtividade industrial e o cumprimento de metas técnicas, pode se tornar uma barreira insuperável para quem possui uma forma diferente de processar o tempo e a informação. A disciplina explorou marcos como o Plano Estratégico de Permanência e Êxito, destacando que as causas da evasão muitas vezes residem na incapacidade da escola em oferecer um ambiente de pertencimento para o aluno que foge ao padrão esperado.

Minha trajetória pessoal ensinou-me que o "êxito" para um aluno autista não segue necessariamente o cronograma linear e acelerado das instituições. Para meu filho, uma pequena conquista de autonomia social é um êxito tão grande quanto uma nota alta em matemática. No contexto da EPT, observei que muitos jovens neurodivergentes abandonam os cursos não por falta de capacidade intelectual, mas por sofrimento sensorial e falta de mediação adequada. A disciplina reforçou que as instituições precisam criar redes de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que funcionem de fato como mediadores entre as necessidades do aluno e as exigências do curso.

Ao analisar as políticas de permanência, percebi que a escola deve se adaptar ao aluno, combatendo a exclusão velada que ocorre por meio da negligência pedagógica. A proposta futura para minha atuação na EPT é atuar na articulação desses núcleos de apoio, garantindo que o diploma seja um horizonte possível para todos os perfis de aprendizes. A permanência qualitativa é o que transforma o acesso em justiça social, exigindo do docente uma escuta ativa e a capacidade de

realizar ajustes razoáveis no processo de ensino-aprendizagem, assegurando que o estudante com TEA não apenas permaneça na escola, mas que nela se desenvolva plenamente como cidadão e profissional.

4.9.3 Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica

Como bacharel em Ciência da Computação, esta unidade foi um ponto de encontro vital entre minha formação técnica e meu propósito educativo inclusivo. Discutir a cultura digital permitiu-me perceber que a tecnologia não é apenas um acessório moderno, mas uma linguagem de inclusão fundamental na sociedade da informação. A disciplina abordou como o letramento digital e o uso de ferramentas interativas podem potencializar o aprendizado, quebrando as barreiras geográficas e cognitivas. Para o estudante com TEA, o ambiente digital muitas vezes atua como um espaço de comunicação menos invasivo e mais previsível, servindo como uma tecnologia assistiva vital que organiza o fluxo de informações e reduz a ansiedade social.

Refleti sobre como a EPT pode utilizar simuladores, softwares adaptados e plataformas de gamificação para mediar o conhecimento, diminuindo as barreiras atitudinais descritas por Santos (2023). Minha vivência une-se à convicção de que a tecnologia, quando bem aplicada, é o "grande equalizador" para o autismo. No caso do meu filho, percebo como o uso de interfaces lógicas e visuais facilita sua expressão, algo que a comunicação verbal muitas vezes dificulta. Na EPT, isso se traduz na possibilidade de oferecer ao aluno neurodivergente diferentes formas de demonstrar sua competência técnica, respeitando sua singularidade cognitiva e sua afinidade com sistemas organizados e estruturados.

Minha vivência pessoal e profissional se une aqui na convicção de que a alfabetização digital é capaz de empoderar o aluno autista, transformando a tela em uma ponte para o mercado de trabalho. A tecnologia deve ser utilizada para ampliar as vozes desses estudantes, permitindo que eles desenvolvam projetos e soluções tecnológicas que reflitam suas visões de mundo. A proposta é integrar a cultura digital ao currículo da EPT de forma que ela seja um recurso de acessibilidade permanente, onde o professor atua como um curador de ferramentas que facilitem a aprendizagem e a futura inserção profissional desses jovens em um setor que, por

natureza, valoriza o pensamento lógico e focado.

4.9.4 Práticas Educativas Integradoras na EPT: Teorias e Didáticas

A integração curricular discutida nesta disciplina trouxe o entendimento de que a educação profissional não deve ser um treinamento mecânico, mas uma formação humana integral que une trabalho, ciência e cultura. Para o contexto do autismo, essa visão é revolucionária, pois significa que o aluno não deve apenas aprender uma tarefa técnica isolada, mas sim compreender o sentido social do que está produzindo. A disciplina explorou o conceito de currículo integrado, que combate a fragmentação do conhecimento e busca formar um sujeito crítico. Refleti sobre a importância de projetos interdisciplinares que respeitem a heterogeneidade da sala de aula comum, permitindo que diferentes habilidades se complementem.

Essa perspectiva dialoga com a necessidade de uma didática que não segrega o conhecimento. Minha vivência mostra que o aluno com TEA muitas vezes possui o que chamamos de "hiperfoco", um interesse profundo em áreas específicas. O currículo integrado permite aproveitar esse potencial, conectando o interesse do aluno a diferentes disciplinas. Por exemplo, se um aluno autista tem interesse em trens, isso pode ser o ponto de partida para estudar física, história, matemática e mecânica. A integração curricular, portanto, oferece ao aluno neurodivergente uma visão sistêmica da realidade, facilitando a compreensão de conceitos abstratos que, de forma isolada, poderiam parecer sem sentido.

A proposta é preparar o estudante para ocupar seu espaço de direito na sociedade através de uma didática integradora que valorize o saber-fazer e o saber-ser. A integração curricular combate a visão de que o aluno com deficiência deve ser treinado apenas para funções repetitivas. Pelo contrário, ela defende que todos os estudantes têm direito ao acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos mais avançados. Em minha futura atuação na EPT, pretendo utilizar o planejamento integrado para criar sequências didáticas que envolvam o estudante com TEA em desafios reais, onde ele possa colaborar com seus pares e perceber-se como um produtor de conhecimento e não apenas um espectador da técnica alheia.

4.9.5 A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT

Nesta etapa, percebi que a pesquisa na prática docente é o que nos impede de cair na estagnação metodológica e na repetição de preconceitos. Como professora-pesquisadora, entendo que cada desafio enfrentado com um aluno autista em sala de aula constitui uma oportunidade de produzir novos saberes pedagógicos. A disciplina abordou o tripé ensino-pesquisa-extensão como o motor da inovação nos Institutos Federais, destacando que a ciência deve estar a serviço da comunidade. A extensão, por sua vez, permite que o conhecimento produzido dentro da escola alcance as famílias e o mercado de trabalho, combatendo visões capacitistas que limitam o horizonte desses jovens.

Minha missão profissional passa a ser a investigação constante de práticas que funcionem na realidade da sala de aula inclusiva. Transformar a experiência pessoal e a "dor" de ver a exclusão em ciência pedagógica é uma forma de prestar um serviço à sociedade. A extensão universitária cumpre um papel fundamental ao levar para a sociedade o debate sobre a neurodiversidade, desmistificando preconceitos e mostrando que a EPT é um direito de todos. Este compromisso com a pesquisa garante que o professor não seja apenas um repetidor de manuais, mas um intelectual que analisa sua prática e propõe soluções inovadoras para a acessibilidade curricular.

A integração entre pesquisa e extensão na minha trajetória significa não aceitar respostas prontas para o autismo na escola. Pretendo desenvolver projetos de extensão que aproximem as famílias de estudantes com TEA da EPT, criando espaços de diálogo e troca de experiências que fortaleçam a rede de apoio. A pesquisa-ação será minha ferramenta para avaliar continuamente o impacto das minhas escolhas didáticas, garantindo que a inclusão seja baseada em evidências reais de aprendizagem. Assim, o trabalho docente torna-se um ato de constante descoberta, onde a teoria aprendida no DocentEPT se materializa em ações que transformam o ambiente escolar em um laboratório de justiça social e inovação pedagógica.

4.9.6 Práticas Educativas na EJA-EPT: Teorias e Didáticas

O estudo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à EPT fez-me

refletir sobre o tempo da aprendizagem e as dívidas históricas do sistema educacional brasileiro com as pessoas com deficiência. Muitos indivíduos com TEA chegam à idade adulta sem terem tido seus direitos respeitados na infância, encontrando na EJA uma chance tardia de reparação e qualificação. A disciplina destacou que a didática para adultos deve ser baseada na andragogia e no respeito às trajetórias de vida marcadas pela exclusão. É necessário compreender que o aluno da EJA carrega saberes do trabalho e da vida que devem ser o ponto de partida para o novo conhecimento.

Conectei esse aprendizado ao fato de que o mercado de trabalho exige qualificações que foram negadas às pessoas com deficiência por gerações. Muitos autistas adultos são invisibilizados por diagnósticos tardios ou pela falta de escolarização adequada no passado. Aprender sobre a EJA-EPT deu-me a certeza de que a educação que valoriza os saberes prévios pode garantir que esses sujeitos conquistem sua independência financeira. Reafirma-se, assim, que a inclusão não tem prazo de validade e que a escola deve estar de portas abertas em qualquer tempo da vida. A proposta é adaptar os currículos da EJA para que sejam sensíveis às características do autismo na vida adulta, focando na empregabilidade e na autonomia.

Concluo que a EPT-EJA é um campo fértil para a justiça social, exigindo do professor uma postura de mediador que reconhece a dignidade do aluno trabalhador. Em minha futura atuação, pretendo desenvolver metodologias que facilitem o retorno desses adultos ao ambiente acadêmico, utilizando a tecnologia para compensar defasagens escolares e valorizando suas experiências práticas. A inclusão de autistas na EJA é o fechamento de um ciclo de exclusão, oferecendo-lhes a oportunidade de ressignificar suas histórias de vida através da qualificação profissional e da afirmação de sua identidade como sujeitos produtivos e críticos na sociedade contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida ao longo desta especialização e a construção deste memorial autobiográfico permitiram uma síntese profunda entre a vivência pessoal, a prática docente e o rigor acadêmico. No entanto, ao finalizar este ciclo, é impossível silenciar a voz da mãe que, antes mesmo de ser professora, sentiu na pele as engrenagens de um sistema desenhado para a exclusão. Como bem discute Josso (2010), o caminhar para si através da narrativa de formação não é um exercício meramente intelectual, mas uma emancipação subjetiva que transforma a dor em conhecimento legítimo. As reflexões aqui apreendidas revelam que a formação na EPT vai muito além da capacitação técnica; trata-se de um processo de humanização e de compromisso ético com a diversidade.

É necessário denunciar, com veemência, o abismo existente entre a robustez dos marcos legais brasileiros e a precariedade da prática cotidiana na Rede Federal. Embora o Brasil ostente leis avançadas, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei Berenice Piana, o que se observa na ponta do sistema é uma "inclusão de fachada". Conforme as lições históricas de Sasaki (1997), a verdadeira inclusão exige que a sociedade se adapte ao sujeito, e não o contrário; contudo, o Estado brasileiro tem praticado uma "exclusão para dentro", onde o aluno autista ocupa a vaga, mas é privado do suporte necessário para sua permanência com êxito.

Como mãe, testemunho que a matrícula é apenas o primeiro passo de uma maratona de obstáculos onde o estudante com TEA é frequentemente invisibilizado pela ausência de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A estrutura da EPT, ainda refém de uma lógica fabril de produtividade, ignora que o sucesso para um aluno neurodivergente não segue o cronograma linear das instituições. Não aceito que a deficiência seja usada como pretexto para a negação do direito ao futuro.

Minha crítica estende-se à visão capacitista de que o mercado de trabalho "não tem paciência", argumento usado para desobrigar a escola de suas funções pedagógicas. A verdadeira inclusão exige que as metodologias sejam inerentemente flexíveis. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e as tecnologias assistivas não são favores, mas instrumentos de equidade que transformam o

hiperfoco do autista em competência profissional de alto nível.

A identidade docente, neste cenário, precisa ser reinventada. Como defende Nóvoa (1992), o professor deve estar em constante processo de reflexão e reconstrução de sua própria prática. Na EPT, isso significa abandonar o tecnicismo frio para adotar uma postura de mediador da neurodiversidade, onde a prática pedagógica torna-se o pilar para superar barreiras que o diagnóstico, por si só, não explica (SANTANA, 2025).

Ao retomar a questão norteadora deste estudo — quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes com TEA na EPT e como as instituições têm lidado com essas demandas — as evidências colhidas nesta trajetória permitem uma resposta direta, ainda que amarga.

Os desafios são multidimensionais: perpassam desde as barreiras atitudinais e o capacitismo que não enxerga o potencial do autista, até a rigidez metodológica de currículos que priorizam a padronização. Na EPT, o desafio é acentuado pela complexidade dos ambientes laboratoriais e pela rapidez das formações técnicas, que muitas vezes não respeitam o tempo de processamento do estudante.

No que tange à postura das instituições, observa-se que elas têm lidado com essas demandas de forma reativa e, não raramente, insuficiente. A resposta institucional tem sido, em sua maioria, meramente burocrática — garantindo o acesso à vaga, mas falhando na garantia da permanência. O Estado oferece a lei, mas nega o recurso; oferece a escola, mas omite o apoio especializado. O estudante é compelido a fazer um esforço hercúleo para "sobreviver" a uma instituição que ainda não aprendeu a flexibilizar suas práticas.

O processo de escritura deste memorial de formação foi, por si só, um exercício de resistência. A leitura de autores como Paulo Freire e os referenciais da EPT permitiu-me organizar o caos das vivências práticas em um saber sistematizado e político. Saio desta formação com a convicção de que a inclusão na EPT não é uma responsabilidade individual do docente, mas um compromisso coletivo de reparação histórica.

Minha missão profissional, forjada na jornada da maternidade atípica, é lutar para que a escola seja um território de pertencimento e não de expulsão. Este memorial não encerra um ciclo; ele abre um manifesto por uma educação que não

apenas ensina a técnica, mas que garante a dignidade humana como meta inalienável.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marli de Figueiredo; PANTONI, Rodrigo Palucci. **Formação docente para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio Integrado**. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, v. 8, p. 1-25, 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo Técnico do Censo Escolar 2021**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, G. A.; RODRIGUES, V. G. **O papel do docente na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e perspectivas inclusivas**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 21, 2021.

HENRIQUES, Eda de Oliveira; GUIMARÃES, Heriédna Cardoso; RODRIGUES, Verônica Fabiola Neves. **Paulo Freire e pesquisa narrativa (auto)biográfica: diálogos entre leitura do mundo, de si e de trajetórias de formação**. Revista Teias, v. 22, n. 63, p. 1-13, 2021.

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si: da formação acadêmica à profissionalização.** Porto Alegre: PUCRS, 2010.

LIRA, Andréa de Lucena *et al.* **A Educação Profissional Inclusiva e Seus Desafios.** Revista Interfaces, v. 12, n. 2, p. 4057-4065, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, Alexsandro da Silva; PEREIRA, Elisângela Alves. **Alteridade e o desafio da inclusão: o outro no fazer pedagógico.** Revista do EDAPECI, v. 11, n. 2, p. 57-75, 2021.

NÓVOA, António. **Os Professores e a sua Formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SANTANA, Maria do Carmo Rodrigues de Carvalho. **Práticas pedagógicas inclusivas no ensino de crianças com TEA.** International Integralize Scientific, v. 5, n. 46, abr. 2025.

SANTOS, Giselle Cristina Menezes dos. **Barreiras atitudinais: discutindo inclusão no cotidiano escolar através do combate ao capacitismo.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, p. 1-27, 2023.

SANTOS, T. M. **Capacitismo e Barreiras Atitudinais: a inclusão do estudante autista no ensino técnico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.